

**INCLUSÃO DO TURISMO EM PROGRAMAS ESCOLARES:
“uma proposta de preservação e valorização do meio ambiente e da
cultura”**

***INCLUSION OF THE TOURISM IN SCHOOL PROGRAMS:
“a preservation and valorization proposal of the environment and culture”***

***INCLUSIÓN DEL TURISMO EN PROGRAMAS ESCOLARES:
“una proposta de preservación y valorización del medio ambiente y de la
cultura”***

Raquel Rodrigues Feitosa Ramalho

Bacharel em Turismo pela Universidade de Goiás / Uni-Goiás
Pós graduanda no curso de especialização em Educação Ambiental pela UFG
Av. César Lattes Qd 52 Lt 26 Novo Horizonte/ Goiânia-Go CEP 74 363 400
quel_ramalho@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve por finalidade discutir a relação entre turismo, educação, meio ambiente e cultura, identificando sua importância nas escolas como elemento de enriquecimento na aprendizagem dos estudantes, contribuindo na formação dos mesmos. Procurou demonstrar a necessidade da inclusão do turismo em programas escolares, principalmente no ensino fundamental, de maneira a ressaltar e aproximar a relação dos discentes com o meio ambiente e a cultura. O objetivo final é apontar os benefícios dessa relação para o desenvolvimento da atividade turística.

Palavras Chave: Turismo, Educação, Meio Ambiente e Cultura

Abstract

This study aims at analysing the relationship between tourism, education, environment and culture, identifying its importance in schools as an element of enrichment in the learning of pupils as well as contributing to their formation. It also seeks to demonstrate the importance of including tourism in schools programs, mainly in basic education, in order to highlight and narrow the relationship between the learners with the



environment and culture. The final objective is to point out the benefits of this relationship with regards to the development of tourist activities.

Key words: Tourism, Education, Environment and Culture.

Resúmen

Este trabajo tiene como objetivo discutir la relación entre turismo, educación, medio ambiente y cultura, identificando su importancia en las escuelas como elemento de enriquecimiento en la aprendizaje de los estudiantes. Procuró demostrar la necesidad de la inclusión del turismo en programas escolares, principalmente en la educación básica, resaltando la relación de los estudiantes con el medio ambiente y la cultura. Lo objetivo final es apuntar los beneficios de tal relación para el turismo.

Palabras-Claves: Turismo, Educación, Medio ambiente y Cultura.

Introdução

O turismo é uma atividade econômica que tem recebido muita ênfase no século XXI. Pela sua capacidade de gerar empregos, aumentar as divisas de um país, contribuir para implantação de infra – estruturas no local onde é desenvolvido, tem sido bastante discutido e valorizado pela sociedade, governo e iniciativa privada.

Embora o turismo desperte muita atenção no setor econômico, ele é um fenômeno social, político, cultural, ambiental que pode causar impactos negativos como: degradação do meio ambiente, do patrimônio cultural, exclusão de sociedades tradicionais do processo de desenvolvimento da atividade, entre outros. Dessa forma, o turismo ultrapassa as perspectivas econômicas precisando ser estudado, analisado e, sobretudo, planejado.

O estudo da atividade turística é indispensável para o desenvolvimento adequado da mesma, bem como é imprescindível a formação de profissionais da área, de pesquisadores e de planejadores. É fundamental a participação do poder público e privado, e também a conscientização da população como um todo sobre a importância do turismo. Essa conscientização deve começar nas escolas, resgatando o valor cultural dos povos, incentivando a preservação e valorização do meio ambiente e da cultura.

“Cultura pode ser entendida como conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração a geração”. (Beni 2001, p.86). Quanto ao meio ambiente considera-se neste trabalho a visão de Pires (2003) a qual inclui não só o meio natural, mas também, o meio artificial pleno de realizações materiais humanas, assim como os meios sociocultural e político-institucional em toda a sua dimensão. E o grande desafio para os estudiosos da área e o poder público é “como preservar” a cultura, o patrimônio ambiental, e o patrimônio cultural (entendido aqui não somente como bens materiais, museus, bibliotecas, mas também, composto pelos bens imateriais, saberes, e os recursos naturais).

Segundo Ataídes (1997) o “como preservar está intimamente ligado à educação”. Já que a educação nesse processo de preservação assume um papel fundamental, uma vez que leva ao conhecimento, contribuindo para uma visão crítica, podendo incentivar novas posturas frente ao patrimônio cultural e ambiental. Sendo inviável e até mesmo desconexo trabalhar a conscientização sem o conhecimento. E é nesse contexto que a educação se torna um estímulo para a preservação.

É sabido, que o turismo utiliza a cultura como produto turístico no chamado turismo cultural, onde as pessoas se deslocam exclusivamente com intuito de conhecer, estudar a cultura de uma determinada localidade ou outras cidades, outros países.

Diante dessa relação entre o turismo patrimônio natural e cultural, é necessário que o estudo do turismo chegue nas escolas, principalmente no ensino fundamental, sensibilizando e estimulando os discentes a terem uma visão crítica quanto à questões abrangentes que a atividade turística engloba. Segundo Portuguez (1999):

“Se no passado o turismo não representava um aspecto relevante da dinâmica social brasileira, hoje não pode mais ser posto à margem do processo educativo, visto que os estudantes têm a necessidade e o direito de analisá-lo, criticá-lo, pesquisá-lo e principalmente praticá-lo e, ou, com ele conviver de forma mais consciente e produtiva”.

Considerando os aspectos negativos e positivos do desenvolvimento da atividade turística, já citados neste trabalho, é que se percebe a necessidade dos alunos conhecerem, praticarem, estudarem o turismo, pois eles, num futuro não muito distante, poderão trabalhar para minimizar esses aspectos negativos, estimular a prática de um



turismo consciente com os aspectos culturais e ambientais, se posicionando de uma forma mais crítica frente a tais questões.

“Constata-se que o turismo pode contribuir para a preservação de valores culturais que apresentam também um valor específico para o turista”. (Beni, 2001 p. 87). As pessoas ao viajarem para conhecer patrimônios culturais e naturais, estão estimulando a preservação dos mesmos, e a partir desse contato, elas incentivarão a essa preservação e até mesmo poderão valorizá-los. O turismo pode contribuir para preservação ou destruição do patrimônio cultural, cabendo aos estudiosos da área propor projetos inovadores e a longo prazo, para atender a tais questões.

A proposta é inserir o estudo do turismo de uma forma crítica nas escolas, através de seminários, palestras, realizando visitas a museus, ao patrimônio cultural e natural. Adotando o excursionismo como recurso pedagógico, integrando lazer e aprendizado. “... não se pode transformar uma proposta de conscientização turística em disciplina, que passa a exigir dos alunos a neurose da tradicional preocupação com a nota e com a frequência obrigatória...”. (Portuguez p. 185).

Segundo Requixa (1980), “a educação deve incluir a demonstração da importância do lazer e do aprendizado como estímulo na diversificação de atividades praticadas”. Propõe-se a promoção de programas de conscientização turística (Educação para o turismo), no ensino fundamental das escolas, visando a formação de agentes multiplicadores e resgatando, desse modo, valores.

A interdisciplinaridade está sendo bastante valorizada na área de educação, “os chamados estudos de meio têm se consolidado como um forte instrumento pedagógico, utilizado por professores tanto no enriquecimento do conteúdo de suas disciplinas quanto como fator de integração dentro de um processo interdisciplinar”.(Ferreira e Coutinho p. 171). Dessa forma a inserção do turismo em programas escolares se configura de maneira criativa e inovadora quanto ao estímulo da sensibilização e da percepção dos alunos, contribuindo para a formação de um conhecimento singular, e de cidadãos formadores de opinião, que poderão melhorar a qualidade de vida e mudar cenários futuros.

O desenvolvimento da atividade turística deve se apoiar no conceito de sustentabilidade, segundo a OMT, turismo sustentável é aquele que:



“...atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida”.

Nesse cenário começa a surgir novos significados de educação, conforme Medina e Santos (1999):

“...no processo de construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. Esta é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio local – global e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade”.

O planejamento turístico requer uma visão de longo prazo, e é nesse processo que a educação se torna imprescindível. Incluir o turismo no projeto político-pedagógico da escola, é rediscutir o papel da educação em relação aos problemas ambientais e culturais, onde o turismo fenômeno social em franca expansão e atividade econômica bastante promissora nesse século, não somente pode, mas como deve contribuir de maneira significativa e responsável nesse processo.

O objetivo geral desse trabalho é demonstrar a importância da realização de atividades turísticas, como visitas técnicas e viagens, na formação dos alunos do ensino fundamental, discutindo a contribuição dessas visitas e viagens no processo de aprendizagem. E também, incentivar a inclusão do turismo no projeto político pedagógico da escola; apontar os benefícios da relação turismo, educação, cultura e meio ambiente para o desenvolvimento da atividade turística.

Turismo e definições

Definir o turismo não é uma tarefa simples, diante da amplitude e características abrangentes que esse fenômeno social, econômico, político, ambiental e cultural abarca. Vários estudiosos da área e autores se incumbiram nessa tarefa para nos responder o que é turismo. Para Beni (2001), a definição de turismo se divide em três tendências: a econômica, a técnica e a holística.

As definições são diversas umas como a de Beni apud Robert McIntosh priorizam o lado econômico: Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e, cortesmente, satisfazer suas necessidades e desejos. Outras se voltam para os aspectos técnicos que a atividade turística engloba, diferenciando turistas de excursionistas.

Para Beni (2001), turistas são visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências. Já os excursionistas são visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado.

E por fim as definições holísticas que procuram abranger a totalidade do assunto, como a dada por Beni apud Jafar Jafari, “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômico e sociocultural da área receptora”.

Convém ressaltar, que o termo indústria para caracterizar a atividade turística tem sido contestado por alguns autores, já que o turismo se encontra no terceiro setor, da esfera econômica, o setor de prestação de serviços.

Segundo Beni (2001) muitos autores chegam a considerar a extrema dificuldade para uma definição precisa e abrangente de Turismo, levando em conta que o fenômeno é tão grande e complexo que se torna praticamente impossível expressá-lo corretamente e, por isso, preferem observar invariavelmente seus aspectos parciais ou, pelo menos, algumas de suas realidades isoladas.

Quanto aos aspectos sociais do turismo Caracristi (1998) apud Margarita Barreto o define da seguinte forma: turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente, é um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial.

Sem priorizar os aspectos econômicos, Panosso e Trigo (2003), também aproximam o turismo aos aspectos sociais, alertando-nos sobre os impactos negativos causados pelo desenvolvimento do mesmo. Segundo eles o turismo é um fenômeno que não cria apenas empregos, impostos e desenvolvimento, se mal planejado e implementado, é fator de poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento da

prostituição, incremento da exploração sexual infantil e comprometimento de investimentos em projetos mal elaborados.

Continuando Panosso e Trigo (2003), a responsabilidade por essas questões não é exclusiva dos governos, mas da sociedade organizada como um todo. Empresários, profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos e comunidades organizadas devem participar e se comprometer com os resultados decorrentes dos projetos turísticos. Evidentemente isso implica acesso à educação e à informação para que as pessoas possam discutir as questões relativas ao turismo com maior conhecimento.

As pessoas precisam de informação, o turismo precisa que as pessoas conheçam mais sobre ele, o pratiquem, não o reduzindo a mera prática de lazer que é muito importante por sinal. O turismo transcende aos aspectos recreacionistas ele é um forte aliado para preservar a cultura e o meio ambiente, podendo inserir as pessoas de tal forma no processo, trazendo-lhes melhoria na qualidade de vida.

A chegada do turismo nas escolas beneficia os alunos, que são motivados no processo de aprendizagem, podendo absorver mais conhecimentos através de atividades inovadoras, os professores, que podem aprender mais e vivenciar os resultados positivos através do aprendizado dos alunos, e o próprio turismo que tem o papel de divulgar os lugares, incentivando a sua preservação.

Grand Tour: turismo educacional

A utilização do turismo como instrumento pedagógico não é uma novidade do século XXI, prova disso são as viagens realizadas no chamado *Grand Tour*.

Segundo Camargo (2002) o termo foi utilizado pela primeira vez numa publicação de 1670, sob a autoria de Richard Lassels. *Trata-se de Voyage of Italy: or a complete journey through Italy*. No ano da edição o processo já está consolidado. Trata-se de reforçar a pedagogia por meio da viagem – que poderia ultrapassar dois anos – a que se submetiam os filhos das famílias aristocráticas. Destinado ao serviço do rei em altos postos diplomáticos; à burocracia e ao executivo coloniais; ao exército e, principalmente à marinha; mais tarde à vida política no Parlamento, o hábito desta viagem se impusera desde o final do reinado de Elizabeth I. Embora o roteiro pudesse ter variáveis, inevitavelmente o núcleo central era a Itália, e Roma em particular.



O século XVII assinalou esta prática de viagem na Inglaterra, para Camargo (2002), a educação dos jovens senhores era propiciada por estudos sob a orientação de professores na própria residência. E as viagens típicas do Grand Tour, além de inúmeros outros acompanhantes e criados, sobretudo, não se faziam sem a presença de um preceptor. A qualidade no aprendizado, além da aptidão dos jovens, dependia do empenho e das qualidades intelectuais e morais dos preceptores.

Nos dias atuais as escolas buscam o turismo como recurso pedagógico, por perceberem a capacidade que essa atividade tem em estimular os alunos no processo de aprendizagem, propiciando o contato dos mesmos com atrativos turísticos (museus, teatros, parques), a vivência traz um conhecimento singular podendo sensibilizar a todos envolvidos no processo.

Barreto (1998), nos diz que o turismo, como recurso educacional, pode ser já visto nas próprias origens do turismo:

“quando o conceito de turismo surge, na Inglaterra, no século XVII, não está referido a uma prática de lazer, mas à necessidade de conhecer outras culturas, de conhecer outros modos de vida, de experimentar o contato com outros lugares, de observar obras de arte que não tinham similar fora da Itália, por exemplo, de manter um contato existencial com a região mediterrânea que tinha sido o berço da civilização greco-romana”.

Segundo ela, a sociologia européia começou, já na década passada, a detectar mudanças no perfil dos turistas, percebendo um crescente número de pessoas que procuram enriquecer sua bagagem educativa em cada viagem. Estes estudos reportam que, em 1995, 70% dos turistas viajavam de forma independente e procuravam história e cultura nas suas viagens. Isso demonstra que a prática do turismo vai além das expectativas de lazer podendo ser voltado para fins culturais e, até mesmo, educativos.

O grand tour, caracterizou o turismo da pré-modernidade como um fator educativo para os membros da nobreza, do qual se esperava que os praticantes adquirissem sabedoria e moldassem seu caráter através da experiência direta e autêntica com outras culturas. (Barreto, 1998).

Continuando Barreto, na modernidade, com o surgimento do conceito e das atividades de lazer, o turismo passa a ser recreativo para as massas trabalhadoras que encontram nessa atividade uma forma de recompor suas forças para continuar trabalhando. O posterior aparecimento do turismo de massas na era do avião e do



automotor, vão, aos poucos, deixar no esquecimento o fator educativo como motivador das viagens e, em determinado momento, no auge do turismo de lazer, pode-se dizer que a palavra “turista” passa a ser sinônimo, em muitos casos, da falta de educação, em todos os sentidos.

Barreto apud MacCannel, nos traz a seguinte colocação “o turismo que em séculos anteriores servira para educar o viajante, na década de 70 vai servir para um divertimento descompromissado, onde não importa muito se o que é oferecido é autêntico ou não”, podendo causar impactos negativos aos recursos naturais e culturais através de visitas dispersas ao valor do patrimônio ambiental e cultural e desrespeito a população receptora.

Para Barreto (1998) com o advento da pós-modernidade, parece haver um retorno às origens do turismo, que passa a ser visto, por alguns setores diferenciados da população, novamente, como um componente no processo de educação permanente e informal que acompanha as pessoas fora dos bancos escolares.

Barreto apud Urry, acredita que o turismo pode ser um fator educativo em dois aspectos. Na educação de um modo geral, ele pode ensinar a comportar-se em lugares de uso coletivo. Uma das grandes preocupações da sociologia, da antropologia e da geografia é com o uso dos espaços públicos, com o próprio conceito de público. E o turismo pode ser um importante veículo na difusão do respeito ao patrimônio de uso comum, na conscientização para uma convivência mais harmoniosa também com os outros seres humanos.

Segundo Barreto, o turismo pode oferecer também educação específica, em história, geografia, artes, culinária, idiomas e outras manifestações da cultura, assim como na educação para a preservação do meio ambiente natural, tornando-se um aliado na educação formal.

Para ela, o grande desafio para que isto possa tornar-se realidade coincidente ou paradoxalmente, reside também na educação, mas tomada a partir de outro ângulo. Para fazer jus a este turista pós-moderno, que procura a educação através do turismo, é necessário um programa educativo para formar prestadores de serviços à altura. Guias de turismo, que sejam ao mesmo tempo professores das respectivas áreas, planejadores que criem seus atrativos culturais na base de uma pesquisa científica, operadores que



ofereçam e valorizem as propostas culturais, campanhas de marketing que privilegiem as características visuais de cada localidade.

É preciso ver o turista como um ser que deseja aprender, conhecer, e que pode tirar muitos proveitos de uma viagem além do descanso e lazer, podendo se enriquecer culturalmente, respeitando as diferenças culturais do outro, valorizando as mesmas e ajudando na preservação do patrimônio natural e cultural visitado.

Por isso, reduzir o turista a um mero consumidor insaciável é ignorar as potencialidades culturais e ambientais (no que tange a preservação e valorização de ambos) que o turismo nos revela. Tais observações se constituem em importantes passos para a prática de um turismo mais responsável.

Para Barreto, é necessário que os profissionais da área se qualifiquem na área humanística, com ênfase no conhecimento dos processos psicossociais e estudos culturais que deverão aplicar, com criatividade, na elaboração de produtos turísticos educativos para um turista educado.

Educação: breves considerações

Diante da amplitude e dos vários conceitos de educação, convém ressaltar que a abordagem do assunto será feita, conforme a necessidade específica desse estudo.

Segundo Forquin (1993), se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. Este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura.

Para Faria e Garcia (2002), a missão mais importante da educação é transmitir valores, já que é através deles que interpretamos e vivenciamos o mundo que nos cerca. Quando as pessoas reivindicam educação, estão buscando idéias que tornem o mundo inteligível para si mesmas.

Dessa forma, a educação tem um papel fundamental no processo de formação do indivíduo bem como no reflexo e transmissão da cultura, não a restringindo unicamente ao domínio escolar. Não cabe aqui desmerecer função primordial que a escola tem nesse

processo, pelo contrário pretende-se demonstrar sua importância, e por isso a necessidade da mesma em incentivar a preservação da cultura e do meio ambiente.

Em termos de legislação brasileira, deve-se citar no que tange a educação, a Lei nº 9.394 / 96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que sendo “uma lei de diretrizes é por definição, uma lei indicativa e não resolutiva das questões do aqui e agora” (Souza e Silva 2001, p. 03). Ou seja, uma lei que em ação conjunta com o texto constitucional faz nascer a política, os princípios e o planejamento educacionais no Brasil, sendo abrangente para abarcar questões diversas que podem surgir no dia a dia estando sujeita, dessa forma, a normas menores, como decretos, portarias e resoluções.

No seu artigo 1º a Lei 9.394 / 96 procura abarcar todas as origens de instigação educativa:

“Artigo 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

Ressalta-se desse artigo, para os fins dessa pesquisa, as manifestações culturais, e questiona-se como trabalhar essas manifestações dentro e fora da escola, já que a educação vai além das limitações geográficas da escola devendo vincular-se à prática social. Como estimular os alunos a perceberem e, o principal, como fazer os mesmos participarem dessas práticas sociais e culturais?

A educação, assim como a cultura, não é algo estático, o tempo passa, as necessidades mudam, e no cenário atual surgem preocupações, como as questões ambientais e culturais. O ser humano precisa aprender a conviver com a natureza e até mesmo em sociedade, respeitando as diferenças. É preciso deixar margens para devidas reestruturações no processo escolar para mudanças e adequações, conforme a necessidade e melhor aprendizagem dos alunos.

O artigo 3º da referida lei enumera os princípios que deverão servir de base do ensino: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (inciso II); “valorização da experiência extra-escolar” (inciso X).



No artigo 26 § 2º “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” lembrando que isto se processa conforme a necessidade de adequação às características regionais e locais.

Ignorar as relações pedagógicas que são estabelecidas fora da escola, não seria também uma “desconversa” sobre educação? Não estariam, dessa forma, sendo deixadas de lado as possibilidades de mudança relacionadas aos serviços públicos intelectuais que, além da escola devem ser assegurados à população? Na sua visão ampla de educação Gramsci relaciona entre esses serviços o teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais, etc. (Marcelino, 2000).

Considerando a importância do planejamento dentro das instituições de ensino pressupõe-se que toda escola possui seu projeto político-pedagógico que “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. E pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade”. (Veiga, 1995). Segundo ela:

“... o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

Nos trazendo o conceito de projeto político-pedagógico, ela nos diz que devemos considerá-lo como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade.

A inserção do turismo no processo político-pedagógico da escola se configura em algo inovador, que visa atender as necessidades de mudanças impostas pela atual conjuntura do mercado e, principalmente da sociedade. Com isso, os alunos teriam a oportunidade de conhecer, questionar e conviver com o turismo.

Onde a prática de atividades culturais deveriam ser incentivadas, bem como visitas a lugares que estimulem a preservação e valorização do meio ambiente e cultura, como museus, teatros; patrimônios tanto naturais como culturais. Lembrando que é



inviável trabalhar a preservação fora de um processo de conscientização, no qual o conhecimento e o contato se tornam fatores fundamentais.

Educação e turismo

Embora o turismo seja uma atividade em franca expansão neste século XXI, não tem merecido a devida atenção, principalmente no que tange a educação, segundo Portuquez (1999: 179):

“Atualmente, o turismo é considerado a mais promissora das atividades sociais. Tem sido visto como um fenômeno complexo capaz de dinamizar os mais diversificados setores produtivos dos mais diferentes lugares do mundo. No entanto, em algumas publicações, o turismo – atividade marcante dos anos 90 – não foi sequer citado...”

É importante trabalhar o conhecimento, quando se busca mudança de cenários futuros, no que tange a valores, principalmente quando falamos de questões ambientais e culturais. É preciso incentivar a preservação do meio ambiente e da cultura, desenvolvendo o senso crítico nos discentes, segundo Ramos (2001: 45):

“Em tempos de transversalidades curriculares, a introdução da educação ambiental pelo turismo, não como disciplina – o que acarretaria um empobrecimento do ponto de vista metodológico – mas como uma nova dimensão a ser inserida no processo docente educativo. Tal abordagem permitirá, pelos seus pressupostos teórico – metodológicos, uma nova interação criadora, que redefina o tipo de pessoa que queremos formar e os cenários futuros que desejamos construir para humanidade, em função de uma racionalidade turística e ambiental”.

Quando se fala em planejamento turístico, pressupõe a minimização dos impactos negativos que a atividade turística causa ao patrimônio natural e cultural, nesse processo a educação tem se mostrado uma imprescindível arma para alcançar as metas de preservação e valorização da natureza e cultura.

Quanto à aprendizagem, baseada em atividades práticas, Yus (1998: 219) nos traz o seguinte:

“essa estratégia se baseia em teorias psicossociais que passam dos sentimentos à ação, animando os professores a tirar seus alunos da escola para que aprendam experiências da vida real. Algumas dessas atividades se realizam ao ar livre; outras, em acampamentos ou em

intercâmbios transculturais ou programas de ajuda social à comunidade”.

Yus (1998: 219) apud Caduto, diz que:

“através dessas experiências, os alunos adquirem aptidões e conhecimentos sobre a organização de grupos e as relações interpessoais. Nesses contextos de encontro com a vida real, o desenvolvimento de valores, especialmente se combinado com estratégias de esclarecimentos e análise, é inevitável. Uma de suas vantagens é que torna possível que o aluno use seu próprio nível de raciocínio moral”.

Uma proposta de conscientização requer mudanças na formação das pessoas enquanto cidadãos e inserir o turismo no projeto político pedagógico da escola permitirá que os alunos se sintam responsáveis e pertencentes a toda problemática ambiental que engloba também questões culturais e sociais. Segundo Serrano (2000: 11):

“...vai se verificar o surgimento do ambientalismo, que deixa lentamente de abordar apenas temas eminentemente naturais, como a proteção de espécies e ecossistemas, ou tecnológicos da relação sociedade – natureza, e passa a englobar debates mais gerais como direitos de minorias (sociais, raciais, religiosas, étnicas) questões de gênero e de qualidade de vida”.

Sendo importante ressaltar o papel da educação nesse processo, Dias (2003: 179) nos diz, que as escolas têm um papel fundamental na modificação dos padrões de comportamento e consumo das crianças e dos jovens, com o intuito de torná-los agentes ativos no processo de obter melhor qualidade de vida.

Cultura e turismo cultural

Para Azevedo (1998) cultura é uma força que envolve o pensar, o sentir, o fazer, o viver, enfim, representa o código mais profundo que revela a feição singular de um povo, ou seja, sua identidade.

A cultura não acontece fora de um processo de educação, pelo contrário “a educação é o conjunto de processos e dos procedimentos que permitem à criança humana chegar ao estado de cultura, a cultura sendo o que distingue o homem do animal” escreve Forquin (1993) apud Olivier Reboul.



Segundo Goeldner (2002), o turismo cultural cobre todos os aspectos através dos quais as pessoas aprendem sobre as formas de vida e pensamento umas das outras, sendo o turismo, um importante meio para promover relações culturais e cooperação intercultural.

Rodrigues (1998) apud Gonçalves nos traz a seguinte definição sobre o patrimônio cultural:

“a expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos; e diferentes modalidades de práticas sociais objetivadas enquanto bens culturais; artesanato, rituais, festas populares, religiões, esportes, etc”.

Devido a falta de consciência do homem quanto a importância da preservação, pode-se constatar ao longo do desenvolvimento da história da humanidade a perda do patrimônio histórico-cultural. No Brasil a prática do tombamento dos bens culturais se constitui em um dos meios de ação para proteção dos patrimônios culturais, sendo o IPHAN a instituição responsável pela preservação do patrimônio no país.

Quanto a relação existente entre a cultura e o turismo Goeldner (2002: 192), caracteriza os fatores culturais de uma determinada sociedade que chamam a atenção dos turistas:

“os canais através dos quais um país ou região se apresenta aos turistas podem ser considerados seus fatores culturais. Estes são: entretenimento, gastronomia, hospitalidade, arquitetura, produtos manufaturados e artesanais, e todas as outras características que marcam um modo de vida específico”.

Goeldner (2002) enumera alguns desses fatores culturais em turismo que cumprem um papel dominante, principalmente em atividades destinadas à transmitir e compartilhar conhecimento e idéias. São eles:

1. Bibliotecas, museus, exposições;
2. Apresentações musicais, teatrais ou cinemas;
3. Programas e gravações de rádio e televisão;
4. Cursos de curta duração ou viagens de estudo;
5. Escolas e universidades para estudo e pesquisa de longo prazo;
6. Expedições científicas e arqueológicas;
7. Produção conjunta de filmes;
8. Conferências, congressos, encontros, seminários.



Segundo Beni (2001: 87) constata-se que o turismo pode contribuir para a preservação de valores culturais que apresentam também um valor específico para o turista. O preservacionismo, como movimento organizado, surge no século XIX, quando outros fatores, além da simples ação do tempo e da negligência, vieram ameaçar a permanência do passado.

Pellegrini Filho (1993) abordando sobre a evidência do interesse que o patrimônio natural e patrimônio cultural oferecem ao turismo, ressalta a importância da conscientização apresentando alternativas. Em relação as autoridades públicas, ele nos diz:

“Para estas, especialmente, será necessário esclarecer a respeito de noções como ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentado, vantagens políticas advindas da aprovação e do cumprimento de legislação que preserve o meio ambiente natural e o artificial, vantagens políticas advindas do incentivo à produção cultural em nível municipal (concursos estudantis, festivais, excursões ecoculturais na própria cidade ou em seus arredores, valorização da história local/ regional etc.). Parece-nos óbvio que as atividades propriamente de turismo viriam como consequência desse trabalho base”.

Para Irving (1999), o impacto do turismo no patrimônio e na cultura tem sido de tal monta que organismos internacionais, UNESCO, OMT, PNUB, e Banco Mundial resolveram atuar em parceria, visando estimular pesquisas e conceber estratégias para proteção, a longo prazo, do patrimônio cultural. Isso revela a emergente necessidade de preservar o patrimônio e a importância do assunto no âmbito internacional, sendo fundamental estudos e projetos nessa área.

Meio ambiente, turismo e educação ambiental

Ao longo da história percebe-se uma mudança no papel do meio ambiente para os homens, até mesmo seu significado modificou, conforme Neiman (2002) a natureza era vista, até o século XIX, como perigo, uma assombração, um “lobo mau” que deveria ser domado, transformado. No final do século XIX essa concepção mudou para tranquilidade, contemplação, devido ao estresse da vida urbana. Essa era uma visão romântica que desencadeava os passeios e fotos de paisagem.

A natureza não sofreu apenas mudanças de significado, mas, sobretudo, impactos no seu estado físico natural, o que gerou consequências.



Segundo Rabinovici (2002) o modelo de desenvolvimento alicerçado na industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, a concentração populacional nas cidades, as interações sociedade/ natureza, adequadas às relações de mercado, a exploração intensa dos recursos naturais trazendo à tona a questão dos seus limites de renovabilidade, causou, ao longo dos anos, impactos sociais e ambientais responsáveis por desequilíbrios perceptíveis a todos os habitantes do planeta.

Surge, então, a necessidade de se repensar a relação ser humano e natureza, tendo em vista que esta reage a ação destruidora dos homens, trazendo resultados que põem em risco a qualidade de vida e até mesmo a própria existência da humanidade.

Para Marretto (2002), sensibilizar a população para questões sociais, ecológicas e culturais é um dever de quem quer ver o ser humano passeando pelo planeta por mais algum tempo.

Diante dessas problemáticas ambientais pode-se observar o surgimento de várias ONG's em defesa do meio ambiente. Elas procuram, de uma maneira organizada, estudar os impactos ambientais e propor medidas para recuperar ecossistemas destruídos, bem como, evitar as possíveis degradações do homem na natureza.

A Physis – Cultura & Ambiente é uma Organização não-governamental, fundada em 1991 que realiza trabalhos na área de Educação Ambiental, conforme Faria e Garcia (2002):

“a Physis realizou diversas atividades que permitiram uma melhor compreensão do valor da conservação da natureza e da diversidade cultural, priorizando a sensibilização do indivíduo quanto à importância do seu papel na construção de um mundo diferente, tanto na relação entre sociedade natureza quanto a existente entre os indivíduos no mundo contemporâneo. Essas atividades variaram entre palestras, cursos, estudo do meio, viagens de educação ambiental etc”.

Esta ONG, por acreditar que a questão ambiental não se resume à área de ciências naturais, reuniu profissionais ligados às áreas de biologia, ciências sociais, antropologia, comunicações, educação, geografia, história, psicologia e turismo para a elaboração e promoção das atividades.

O termo viagens educacionais está presente nas atividades realizadas pela Physis tanto com alunos do ensino fundamental, médio e superior. Um momento extremamente precioso para induzir a essa reflexão mais profunda se apresenta durante viagens a locais de natureza e cultura ainda preservados.

As viagens educacionais são momentos que a escola promove uma aula diferente do seu cotidiano, propiciando ao cidadão a possibilidade de, no contato direto com novas realidades, repensar o seu próprio modo de vida, questionando a sua qualidade e reelaborando seus valores e conceitos.

Mendonça e Neiman (2002) nos traz as seguintes considerações sobre as visitas à natureza:

“as visitas à natureza não são obviamente uma novidade, uma vez que elas sempre existiram. Apenas agora estão sendo organizadas como negócio e, assim, tornando-se mais acessíveis a um público mais amplo. Essas visitas podem ser sempre muito enriquecedoras, aliás, como qualquer viagem. Mas há um desejo de que essa experiência seja potencializada perante a raridade dos espaços naturais preservados, a sua fragilidade e o fato de serem pouco valorizadas na sociedade”.

Quanto aos impactos negativos causados na natureza pelo homem, surge a necessidade de se criar mecanismos para proteção da mesma, como leis e, também, vem a tona o conceito de Educação Ambiental, como reconhecimento desses impactos. No Brasil a lei nº 9.795/99 traz no seu artigo 1º a seguinte definição: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A educação ambiental não pode se restringir a inúmeras técnicas de reciclagem de lixo e a importância da preservação do meio ambiente, mas deve se preocupar em formar uma consciência crítica capaz de compreender as relações existentes no espaço que o ser humano vive.

Conforme Goeldner (2002), o turismo não é apenas uma força econômica poderosa, mas, também, um fator importante na sustentabilidade da natureza. Como se prestará mais atenção ao meio ambiente no futuro, os projetos economicamente viáveis, mas não ambientalmente desejáveis, não serão desenvolvidos.

O turismo também influencia nas mudanças e nos impactos causados ao meio ambiente, segundo Caracristi (1998) existe uma preocupação crescente tanto por parte das instituições públicas como das instituições privadas em rever suas formas de desenvolver turismo, criando formas alternativas, e o surgimento do ecoturismo é um exemplo disso. Embora a Educação Ambiental, geralmente desenvolvida pelo



ecoturismo, assuma ainda um caráter bastante técnico e superficial, vêm se verificando vários trabalhos onde a tendência pedagógica é compromissada com a formação de uma consciência crítica.

Segundo Goeldner (2002), o turismo tem o poder para aprimorar o meio ambiente, prover fundos para conservação, preservar cultura e história, estabelecer limites sustentáveis de utilização e proteger atrações naturais. Também tem o poder de destruir. Se não for planejamento e implementado de maneira apropriada, pode destruir a vegetação, gerar superpopulação, sujar as trilhas, poluir as praias, causar excessos de construções, eliminar espaços abertos, criar problemas de esgotos e habitação e ignorar as necessidades e a estrutura da comunidade receptora.

Segundo Faria e Garcia (2002) a educação tem se mostrado um caminho para mudar os rumos da nossa sociedade:

“... os educadores , enquanto cidadãos, e instituições de ensino são agentes em defesa da qualidade de vida das pessoas e do ambiente. São eles que podem realizar ações concretas que levem a uma melhora do nível de consciência e, conseqüentemente, à melhora do nível de vida”.

Portanto, a sociedade e, principalmente, os profissionais da área turística precisam reconhecer que o turismo deve preservar e proteger o meio ambiente. Buscando formas alternativas, para o desenvolvimento dessa atividade, no sentido de conscientizar os alunos de ensino fundamental, incentivando o senso crítico dos mesmos quanto as questões ambientais e culturais.

Conforme Pellegrini (1993:151), países como Japão, Portugal, Espanha, Alemanha, França e outros, se observa o movimento de visitantes endógenos mais que exógenos a locais... (com excursões diárias de estudantes, elementos de terceira idade, funcionários de empresas particulares com suas respectivas famílias, e outros segmentos sociais visitando museus, centros culturais, castelos, bosques etc.), sente-se a obrigação de concluir que não se trata de um sonho impossível proporcionar condições de dinamização e melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais para turismo e lazer.

Considerações Finais



Embora seja novo o estudo do turismo no Brasil, constata-se a importância econômica, social, cultural e ambiental dessa atividade para a sociedade. E diante dos diversos conceitos existentes sobre esse fenômeno, não cabe no momento definir o turismo pedagógico, e sim trazer evidências que comprovem a necessidade de se considerar tal aspecto.

O turismo está relacionado diretamente ao lazer, porém na atual conjuntura de mercado, pode se observar segmentações no desenvolvimento dessa atividade, e o nascimento de vários tipos de turismo como: turismo cultural, religioso, social, rural, turismo de eventos, de negócios, de saúde, da terceira idade, ecoturismo, entre outros.

Pois restringir a prática do turismo à atividades relacionadas com o lazer é diminuir a capacidade que esse fenômeno tem de interferir na economia, no meio ambiente e na cultura.

O turismo como prática pedagógica já está estabelecido no mercado, mesmo que as pessoas e alguns profissionais da área não o reconheçam como tal. O que faz surgir a necessidade de estudos nesse campo.

Quando se fala em turismo a primeira coisa que vem a mente é viagem e diversão, mas também, constata-se que o turismo proporciona o contato com objetos, pessoas e lugares diferentes, que pode despertar o interesse de quem o pratica criando um conhecimento singular. Sendo o turismo um sistema amplo e complexo capaz de abarcar diversas variáveis como a educação, por exemplo.

O turismo e a educação se relacionam de tal forma que um favorece e enobrece o outro, a educação através do turismo pode enriquecer os conteúdos que ela deseja transmitir aos discentes, e o turismo através da educação pode se expandir, alcançar melhorias no seu desenvolvimento, aumentar o número de turistas e ainda conscientizar as pessoas sobre sua importância e a riqueza de tantos atrativos turísticos culturais e naturais.

É dessa relação que se pode comprovar a importância da inclusão do turismo em programas escolares como fator de desenvolvimento, a educação cumprindo um dos seus papéis fundamentais que é o de conscientizar e estimular o senso crítico nos discentes, e o turismo sendo desenvolvido através de planejamentos compromissados com questões ligadas a preservação e continuidade daquilo que é tido como seu produto (meio ambiente e cultura).

Referências Bibliográficas

ATAÍDES, Jézus Marco et al. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: Ed. UCG, 1997, p.27.

AZEVEDO, Júlia. Turismo, cultura, patrimônio. In: **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, P. 148 – 159.

BARRETO, Margarita. O grand tour revisitado. In: **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, P. 132 – 137.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 2001, p. 34 - 38.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002, p.38 - 41. (Coleção ABC do Turismo).

CARACRISTI, Isorlanda. O turismo que se faz e o desenvolvimento que queremos. In: **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, 407 – 417.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas da pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003, p 179.

FARIA, Marcelo Oliveira de e GARCIA, Eliana Brito. Um sonho e trabalho para construção de outro Futuro. In: **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri (SP): Manole, 2002, p.109 – 132.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993, p. 10 e 12.

GOELDNER, Charles R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002, p. 191, 192 e 356.

IRVING, M. A. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. *Revista Espaço e Geografia*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 135-141, jan / jul. 1999. Gestão participativa: comunidade e espaço.

MARCATTO, Morgana. Marketing e as Organizações Não- Governamentais. In: **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: Manole, 2002, p.92.

MARCELINO, Nelson. **Lazer e Educação**. Campinas SP: Papirus, 2000, p.48.

MEDINA, Nana Mininni e SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 17.

MENDONÇA, Rita e NEIMAN, Zysman. Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade. In: **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: Manole, 2002, p.172.

NEIMAN, Zysman. Reflexos da modernidade. In: **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: Manole, 2002, p.29.

PANOSSO NETTO, Alexandre e TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: Aleph, 2003, p.98.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 5º ed. Campinas SP: Papirus, 1993, p. 143 e 151.(Coleção Turismo).

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo. In: **Turismo, como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2003.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Elementos para uma abordagem crítica do turismo no ensino de primeiro e segundo graus. In: **Turismo desenvolvimento local**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 179 – 189.

RABINOVICI, Andréa. Articulações e Parcerias entre Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs). In: **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: Manole, 2002, p.43.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

RODRIGUES, Linda Maria. Patrimônio Cultural: cidade, cultura e turismo. In: **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, p. 216 – 230.



SERRANO, Célia, organizadora. **A Educação pelas pedras: Ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo : Chromos, 2000, p. 171.

SOUSA, Maria José de et al, organizadores. Educação Ambiental pelo Turismo: Reflexões para uma proposta de transversalidade dos currículos da Educação Escolar. In: **V Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: Anais Comunicações, 2001, p. 45.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de e SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. Tradução Alfredo de Farias. São Paulo: Harper, 1981 p.212 a 217.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995, P. 12 e 13.

YUS, Rafael. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 219.

Recebido para publicação em junho de 2008

Aprovado para publicação em setembro de 2008